

Injustiça ambiental, social e educacional em uma comunidade quilombola de Minas Gerais - Brasil¹

Maria Mariana Batista Cangussu²

Silvia Regina Paes³

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre as injustiças: ambiental e educacional em Vargem do Inhaí no Vale do Jequitinhonha em Diamantina/MG. A situação dos jovens quilombolas e suas aspirações sobre os conflitos socioambiental vivenciados na comunidade. Utilizando como metodologia a educação popular baseada em Paulo Freire com a realização de oficinas de diálogo. Observou-se que a omissão dos governos e desconhecimento de decretos, de leis e de direitos constitucionais compõe o cenário da luta pelo território nas comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, em todo o Brasil. Os conflitos impedem que políticas de promoção de igualdade racial avancem, agravando as injustiças sociais sobre os grupos sociais oprimidos e invisibilizados historicamente.

Palavras Chave: Injustiça ambiental, Educação popular, Juventude quilombola.

Injusticia ambiental, social y educacional en una comunidad quilomba de Minas Gerais – Brasil

Maria Mariana Batista Cangussu

Silvia Regina Paes

Resumen: Este trabajo pretende reflexionar acerca de las injusticias: ambiental y educacional en Vargem do Inhaí – Diamantina, Vale do Jequitinhonha. La situación de los jóvenes quilombas y sus aspiraciones sobre los conflictos socio-ambientales vivenciados en la comunidad. Utilizando como metodología la educación popular fundamentada en Paulo Freire con la realización de talleres diálogo; fue observado que la omisión de los gobiernos y desconocimiento de decretos, de leyes y derechos constitucionales componen el escenario de la lucha por los territorios en las comunidades tradicionales, indígenas, quilombolas y ribereñas, en todo Brasil. Los conflictos impiden que políticas de promoción de la igualdad racial avancem, agravando las injusticias sociales sobre los grupos sociales oprimidos y que han sido hechos invisibles históricamente.

Palavra chave: Injusticia ambiental, Educación popular, Juventud quilobola.

¹ Trabalho originado a partir do Projeto junto ao NAC (Núcleo de Agroecologia e Campesinato). Financiado via : Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM- PROEXT/SESu/MEC.

²Maria Mariana Batista Cangussu é estudante de graduação do curso de Historia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) em Diamantina-MG

³Silvia Regina Paes é Profa. Adjunta II da UFVJM em Diamantina/MG.

1. Introdução

Esse artigo é fruto de reflexões sobre algumas atividades realizadas pelo NAC⁴, no período de 2011 e 2012 quando foi desenvolvido junto à comunidade quilombola de Vargem do Inhaí- MG o projeto “Contribuição à formação em agroecologia e a produção do conhecimento agroecológico nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri”. Neste período foram realizados processos de formação junto à comunidade. A experiência aqui sistematizada teve como foco os jovens da comunidade de Vargem do Inhaí, recentemente autodeclarada comunidade quilombola. Para um melhor entendimento do que são os remanescentes de quilombos, o Decreto 4887/03 estabelece que: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a opressão histórica sofrida”.

A comunidade de Vargem do Inhaí vive em constante ameaça de perda de seu território por conflito socioambiental devido à tentativa de implementação de monocultivo de eucalipto e criação de uma unidade de conservação de proteção integral, que criminaliza práticas tradicionais de utilização histórica da natureza como: pescar, coleta de plantas medicinais, de frutos e flores do cerrado dentre outros.

As comunidades tradicionais são portadoras de conhecimento sobre a natureza. O reconhecimento deste fato destaca o papel do negro e do índio como guardiões de um saber relacionado à manipulação das plantas medicinais, utilização das madeiras, engenharias rurais, a diversidade e o aproveitamento de alimentos e principalmente o conhecimento do ciclo da natureza que permitiu a preservação de seu território.

Os moradores da comunidade também vivenciam injustiças na esfera educacional com a falta de estrutura na educação básica e acesso a políticas públicas voltadas para as relações étnicas. Enfrentam problemas que determinam sua marginalização e o difícil acesso a benefícios

⁴ NAC - Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e Mucuri

sociais, no que diz respeito a políticas públicas que são essenciais, tais como: saúde, educação, transporte, moradia e lazer.

As políticas de promoção de igualdade racial vêm sendo pautada por diversos setores da sociedade e movimentos sociais que acreditam que, através da implementação da Lei 10.639/03 e a 11.645/2008, será possível a construção de uma educação antirracista e pluricultural.

O objeto de estudo/reflexão pretendeu envolver não apenas o conjunto de assuntos, abordagens e conteúdos étnicos, principalmente porque inclui participantes recém-declarados ‘quilombolas’, como é o caso da juventude da comunidade Vargem do Inhaí, mas, alguns comentários e esclarecimentos teóricos sobre os temas: cultura, ambiente e educação.

2. História afrodescendente

A história dos afrodescendentes, incluindo a história dos/as Afro-brasileiros/as tem em seu cordão umbilical, profundas vinculações com a história e cultura da África. Uma das definições conceituais da palavra quilombo pode ser encontrada no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que descreve como “refugio de escravos fugidos”. Segundo VOLPATO (1993), quilombo nos remete há vários tempos e espaços históricos. Perpassando por África central e República Democrática do Congo. A palavra é de origem africana ‘ki-lombo’ na língua Banto *umbundo*, que significa um tipo de instituição sociopolítica formada por jovens guerreiros. No período escravocrata no Brasil do séc. XVI ao séc. XIX havia muitos grupos quilombolas ou mocambos, que se localizavam desde o litoral norte ao litoral sul do país, dando origem a diferentes tipos de formação de quilombo.

Desde os anos 1950 os movimentos negros vêm construindo esse termo quilombo como referência ideológica, cultural e política. Ampliando sua terminologia para caracterizar os espaços sociais historicamente reconhecidos como terra de pretos, comunidades negras rurais, mocambos, mobilizando todas essas nomenclaturas para a categoria “remanescente de quilombo”. Este movimento fortalece a ideia de grupo que é essencial para acessar os direitos específicos e reconstruir a história do povo negro.

O Povo Banto que habitava as regiões sul e sudeste do continente africano é a matriz ancestral de grande parte da população quilombola de Minas Gerais. As comunidades

quilombolas da região do Alto Jequitinhonha (MG) são originárias da prática do garimpo desde o séc. XVIII. (BARBOSA, 2008)

2.1. Histórico da Comunidade de Vargem do Inhaí

O que se assiste atualmente são as sucessivas migrações involuntárias (expulsão) de antigos habitantes dos quilombos. Ora para periferia da cidade de Diamantina, ora para capital ou região. Neste contexto, Vargem do Inhaí resiste à desocupação das terras historicamente ocupadas. Esta comunidade, na configuração do estado de direito, é identificada como “apanhadora de sempre-viva” (MONTEIRO, 2010; MAZZETO, 2010). Ela é legalmente reconhecida e categorizada, no campo dos direitos sociais, como comunidade tradicional. Ou seja:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6040/2007)⁵.

A comunidade de Vargem do Inhaí está localizada no Distrito de Inhaí, município de Diamantina, Alto Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, distante 15 km da sede do povoado e distante 70 km de Diamantina, à margem esquerda do Rio Jequitinhonha. A comunidade é constituída, atualmente, por 28 famílias negras, afro-brasileiro(a)s, cujas origens remontam à escravidão.

De acordo com pesquisas recentes realizadas pela UNEB - Universidade Estadual da Bahia- e UFVJM - Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri- (UNEB, 2012), através de relatos de seus moradores mais antigos, os antepassados desta comunidade pertenceram a um grupo de negros escravizados que fugiram das áreas de garimpo próximas à Diamantina, ou mesmo, migraram com a decadência da extração de diamante.

⁵ Trata-se de novos sujeitos de direitos especiais e diferenciados, segundo a Constituição Federal de 1988 (artigos.231 e 232; artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), segundo também, as leis e regulações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC-Decreto 4340/02), Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT-Decreto 5051/04), bem como na Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT-Decreto 6040/07).

Já se passaram mais de três séculos da presença de africanos e, posteriormente, de afro-brasileiros/as originários da escravidão que aparece ao longo da história do Brasil e ainda permanece nos dias atuais. O tempo necessário para a chegada e acesso aos bens e serviços públicos parece não ter passado perante o isolamento e a precariedade dos serviços e políticas públicas às comunidades de quilombos e tradicionais de modo geral.

3. Caracterização do sujeito de estudo

3.1. Localização e infraestrutura de Vargem do Inhaí

Entre a sede do distrito Inhaí e Vargem, parte central da comunidade percorre-se 15 km, em uma estrada precária. Atravessa-se dois cursos d'água (córrego das corujas e córrego preto) sem que se encontre alguma ponte. O serviço de transporte coletivo que liga à Diamantina chega somente à sede do distrito. O resto do trajeto, os moradores fazem a pé ou a cavalo. Existe uma Escola Municipal na comunidade, funcionando no sistema multisseriado da 1ª à 4ª séries do Ensino Fundamental. Para continuar os estudos (da 4ª. série até o Ensino Médio), as crianças e adolescentes são transportados pela Prefeitura Municipal, para escolas em Inhaí. Na época de chuvas, com o aumento no nível das águas que cortam as estradas, os veículos não conseguem trafegar o que implica em caminhadas de até 6 km para se chegar ao transporte escolar.

Em Vargem do Inhaí ha uma “casinha de cultura” construída pela comunidade via a ONG-Organização Não Governamental -PROCAJ (Projeto Caminhando Juntos).

“A Casinha de cultura” assim denominada pela comunidade é um espaço de convivência, lazer, encontros, reuniões, brincadeiras etc. Na última década, o território que é secularmente ocupado e utilizado pelos membros desta comunidade foi inserido dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional das Sempre-vivas, criado em 2002. Com a criação e implantação do Parque das Sempre-vivas, boa parte do território de ocupação e uso tradicional pela comunidade ficou no interior da zona de amortecimento do parque. A população passou então, a ser submetida a uma séria de restrições, de criminalizações e penalidades, inclusive, à multa ambiental.

As reivindicações da comunidade são para que permaneça com suas práticas tradicionais que se justificam em função dos conflitos socioambientais envolvendo os/as moradores/as da

comunidade e os órgãos ambientais (ICMBio⁶ e IEF/MG⁷). Os conflitos se intensificam com a presença de novos empreendedores do turismo rural, do agronegócio vinculado à implementação de monoculturas de eucalipto e às mineradoras que estão em toda região de Diamantina. Os conflitos e criminalizações foram se tornando cada vez mais frequentes após a criação dos parques estaduais e federais (UC's)⁸ sobrepondo os antigos territórios historicamente ocupados, não apenas pelos(as) moradores(as) da comunidade de Vargem do Inhaí, como também por todas as comunidades situadas no eixo da delimitação dos parques recém-criados nos últimos anos. Esta situação afeta milhares de pessoas, moradores(as) das comunidades e povos que, ao se reinventarem, após o fim da escravidão oficial e com o declínio da mineração, aprenderam a viver do agroextrativismo, da “panha” e do manejo das flores sempre-vivas⁹.

Baseado em Diegues (1994) pode-se deduzir que o impacto das pressões territoriais e da perda dos territórios tradicionais por parte destas populações, além do enorme prejuízo ao patrimônio cultural brasileiro, também se soma os prejuízos socioambientais e a perda de determinados saberes específicos a tais coletividades humanas. Os modos de vida considerados sustentáveis e que agregam valor aos serviços ambientais, aos ecossistemas naturais e às relações homem-mulher-natureza são desestruturados e destruídos pela raiz com o impacto de grandes projetos.

Historicamente o território de Vargem do Inhaí é habitado e utilizado por essa comunidade afro-brasileira, como o fizeram seus antepassados desde o século XVIII. Para este povo, a ‘Vargem’ é lugar de liberdade de se plantar, de extrair seus remédios, de colher flores sempre-viva, de pescar, fazer festas e cultos religiosos; de brincar nas cachoeiras, etc. A utilização desse território é uma forma de sobrevivência e manutenção de sua cultura.

⁶ ICMBio - Instituto Chico Mendes da Biodiversidade

⁷ IEF - Instituto Estadual de Floresta – Minas Gerais

⁸ As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>

⁹ O extrativismo vegetal das “fores secas” na região que movimenta a economia do povo no campo e no mercado local, ficou bastante ameaçado após a criação e implantação de várias unidades de conservação de proteção integral (Parque Nacional das Sempre vivas, os Parques Estaduais do Itambé, do Rio Preto, Biribiri, Serra Negra, Serra do Cabral, Serra do Cipó e Serra do Intendente) em sobreposição aos direitos e garantias de populações tradicionais. Outros conflitos são identificados associados às proposições de ampliação das UC's, estabelecimento de grandes empresas; grandes proprietários que desmatam para a introdução de pastagens ou monoculturas, em especial as grandes reflorestadoras que cultivam eucaliptos (In: BATISTA, FÁVERO, ASSUMPÇÃO et.al, 2012).

Depois de empreenderem uma grande luta por reconquista de seu território, nos termos como prevê a Constituição Federal, a comunidade de Inhaí aguarda o processo de estudo e delimitação de suas terras pelo INCRA¹⁰. Já conseguiram conquistar em 2011 o reconhecimento identitário enquanto comunidade tradicional quilombola, com o certificado reconhecido pela Fundação Palmares (Processo administrativo dessa função, Nº 01420.00542).

4. Direitos e culturas tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais têm o direito à manutenção da sua própria cultura disposto pela Constituição Federal de 1988 e segundo o ARTIGO - 216 que considera patrimônio cultural brasileiro a serem promovido e protegido pelo poder público, os bens de natureza material e imaterial e dessa forma o jeito de se expressar, de ser e de viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais estão os povos indígenas, as comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores/as artesanais e apanhadores/as de flores sempre vivas dentre outros.

Como escrevem Monteiro e Fávero (2011) “Para esses povos [acima citados], a biodiversidade está ligada à cultura, aos saberes, ao território, e ao uso comum. Cada lugar tem sua memória, densidade cultural e relações sociais que constroem vidas.” A reconstrução da memória da comunidade de Inhaí é parte essencial porque revela também uma cultura tradicional ligada a terra e à natureza e compõe parte do processo de construção da história, da identidade e da diversidade do povo brasileiro. Ignorar ou negar a memória destes segmentos marginalizados e dar voz somente para a versão oficial da história é colaborar para que ela permaneça sendo reproduzida nas estruturas educativas.

Ao contrário desta tendência histórica de negação das culturais tradicionais e suas histórias, foi uma conquista do marco legal que assegura, não só uma política nacional de ações afirmativas, de cotas, de inclusão de conteúdos históricos e culturais na grade de conteúdos curriculares, como também, disciplina as relações nos contextos das práticas sociais.

Na direção de amenizar, a lei 11645/2008 foi elaborada e sancionada como regulamentação ao artigo 68 da Constituição Federal de 1988, e, em complementaridade às

¹⁰ INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

diretrizes e parâmetros curriculares nacionais (PCN) que inclui no currículo oficial da Educação Básica a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

4.1. Problematização: criminalização e conflitos socioambientais

É importante perceber que, para assegurar as conquistas citadas, referente à condição histórica dos povos e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas/afro-brasileiros, a mobilização destas comunidades se fez ampla, progressiva na sociedade brasileira. Não é uma questão recente, mas este movimento reuniu nas três últimas décadas movimentos sociais constituídos por afro-brasileiro(a)s, aliado(a)s e simpatizantes da causa da igualdade racial, na academia, na sociedade e na mídia. A lei 10.639/2003, acima mencionada, que exige o ensino da história da cultura africana e brasileira e juntamente com a lei 11.645/2008 que inclui a educação indígena no currículo escolar completa dez anos.

A criminalização a esses grupos sociais (negros, indígenas, comunidades tradicionais), seja no campo ou na cidade, vem crescendo. Os crimes que os atingem, tanto fisicamente quanto moralmente, estão relacionados com aspectos culturais e religiosos. Segundo Julio Waiselfiszo (2012) em Mapa da Violência, “Entre 2001 e 2010 houve a queda do número de homicídios na população branca e de aumento dos números na população negra. E essa tendência se observa tanto no conjunto da população adulta quanto na população jovem.”

No que tange a situação da população negra e indígena no campo, foi possível observar, por meio das leituras realizadas, as diversas tentativas de desapropriação de seus territórios. Seja pela falta de informações e acessibilidade para recorrer às políticas públicas por parte do grupo ameaçado, dificultando a sua permanência no campo, seja pela própria negligência do estado e órgãos ambientais governamentais que não reconhecem a importância dessas comunidades tradicionais na preservação da agrobiodiversidade. Embora haja, ainda de maneira tímida, algumas iniciativas que venham beneficiar essas comunidades, tais como: a criação da lei na área da educação que foi citada acima, a criação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável para Povos e Populações Tradicionais de 2007 e as políticas de cotas, essas comunidades tradicionais, de uma maneira geral, ainda não conseguiram a efetivação de seus direitos.

A contradição existente no tocante à criminalização das populações que vivem dos recursos da natureza está na falta de uma política de reforma agrária que poderia garantir o direito dessas populações em detrimento aos interesses de grupos dominantes, que veem nos recursos naturais potenciais fortunas. Esta afirmativa é feita pelos movimentos da luta pela terra como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais) e a Via Campesina (Movimentos Camponês Mundial). Geralmente as notificações referentes aos conflitos sociais de cunho ambiental relatam casos em que esses movimentos são criminalizados e punidos por suas ações e reivindicações por direitos a terra e soberania alimentar.

Atualmente, no Brasil, existe a política de compensação ambiental que dá o direito a empresas privadas, que causaram impactos negativos ambientais por seus investimentos de extração de recursos naturais, de reporem os danos com a aquisição de uma área equivalente em qualquer lugar que esteja protegido para realização de projetos ligados à educação ambiental e outros de preservação.

Ao contrário do que acontece com as comunidades tradicionais que contribuíram para a preservação da área, não é permitida qualquer interferência dessas em seu próprio território e há uma negação, por parte do poder público e empresas, da existência de valores e formas de conviver junto à natureza distintas da sociedade urbana industrial que geralmente as culturas tradicionais têm. E é assim que, de certa forma, também nascem os “criminosos ambientais” que são pressionados a se mudarem para as periferias das cidades mais próximas, pois suas práticas tradicionais lhes são negadas, tais como: caçar, coletar e fazer roça. Como acontece aos moradores da comunidade de Vargem de Inhaí que são tradicionalmente coletores de sementes e são criminalizados por esta prática. As lembranças das práticas tradicionais da comunidade de Vargem precisam de atenção para que os conhecimentos dos mais velhos sejam repassados aos mais jovens.

5. Território: Identidade e memória

Percebeu-se ao longo do projeto desenvolvido, a necessidade de se trabalhar junto aos jovens de Vargem do Inhaí na perspectiva de entender mais sobre sua condição de jovem negro, sua

identidade e sua compreensão dos acontecimentos referentes ao conflito sócio ambiental vivido por sua comunidade em torno do território tradicional.

É fundamental compreender que as extensões de território estão entrelaçadas com a manutenção e concepção da cultura local, pois se constroem juntas com interações dialógicas entre ser humano e natureza, ancoradas na memória ancestral.

Como afirma Freire (1989):

[...] Cultura são os instrumentos que o povo usa para produzir. Cultura é a forma como o Povo entende e expressa o seu mundo e como o Povo se compreende nas suas relações com o seu mundo. Cultura é o tambor que soa pela noite adentro. Cultura é o ritmo do tambor. Cultura é o gingar dos corpos do Povo ao ritmo dos tambores. (FREIRE,1989).

As expressões culturais existentes nas comunidades tradicionais se estabelecem em dimensões simbólicas ligadas ao território. Ilustram as inter-relações cotidianas com o ambiente de vivência natural permitindo práticas que garantem seu modo de vida específico como: a sabedoria do trabalhar com a terra, os saberes da floresta e suas engenharias, o conhecimento das plantas e suas propriedades medicinais, as rezas, comidas típicas, expressões linguísticas, festas, modos de fazer as casas, roupas, mitos, ritos associados às atividades de roça, pesca, caça e extrativismo e a transmissão oral de geração em geração. São acontecimentos ou fatos históricos que mantém viva a memória do grupo e firma o vínculo ao território. Como acentua Diegues

Um aspecto relevante na definição de “cultura tradicional” é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos da natureza, a sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente forma de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimento adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos de mitos e símbolos que levam a manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas. (DIEGUES, 1994, p. 76)

A necessidade de observar a relação intrínseca entre os elementos existentes na construção do imaginário do território levou a compreensão do território como construção das comunidades tradicionais através de seu diálogo com a natureza. A compreensão do significado de território não se limita ao tempo de ocupação de um determinado espaço e sim a forma como se ocupa este.

Os processos educativos existentes nessa relação de troca ser humano/natureza são fundamentais para se pensar a história das culturas tradicionais do Brasil. Reconhecer os povos

tradicionais como formadores culturais do Brasil e guardiões de uma memória oral relacionada à natureza é de fundamental importância para a manutenção da biodiversidade.

6. A luta por uma educação intercultural e étnica

A educação em todos os níveis e modalidades é considerada estratégica às mudanças sociais e de mentalidades. Os movimentos sociais a partir das décadas de 1970, diante da situação em que se encontrava a população negra no Brasil e no quadro geral do preconceito e das resistências produzidas, decidiram fortalecer debate em torno da educação inclusiva e multicultural. Importante a ser observado é o aspecto distorcido da questão étnica e, às vezes, de cunho racista que são expressos no cotidiano escolar. Segundo Volpato (1993) as atitudes preconceituosas e racistas, desde a sala de aula até as relações cotidianas em áreas de trabalho, no lazer e no âmbito político (com a própria criminalização), marcam as relações interétnicas no nosso país. As atitudes preconceituosas são mascaradas pelo mito da ‘democracia racial’, termo utilizado por Gilberto Freire que representa um país sem preconceitos que convive pacificamente mediante as diversidades culturais. Na escola, na sala de aula, nas relações interpessoais os conflitos e desigualdades muitas vezes ganham corpo na prática pedagógica, na relação professor(a) – aluno(a) e destes entre si.

Ana Lúcia Valente (2003), ao abordar a questão da temática da educação étnica na escola, nos chama atenção para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Tomando como referência uma análise do tema transversal pluralidade cultural, observou aspectos que reafirmam a necessidade de se pensar as diretrizes para a educação em comunidades quilombolas mais consistentes. Embora o PCN e as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio tenham sido implantados a partir de 1990, parece ainda não ter provocado mudanças significativas ao que se refere a questões de educação específica para as etnias.

Como afirma Valente,

[...] Não apresentaram propostas definidas de combate ao preconceito e não fazem referência à contribuição do negro no processo de construção da nação. A insistência no ocultamento destas questões no currículo escolar traz sérios transtornos na formulação

da identidade da criança negra que não vê a si e nem a seus ascendentes de forma produtiva. (VALENTE, 2003, p. 79-80).

A Lei 11645/2008, já mencionada anteriormente, elaborada e sancionada como regulamentação ao artigo 68 da Constituição Federal de 1988 e, em complementaridade às diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais inclui no currículo oficial da Educação Básica, a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e prevê:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

A efetivação desta lei no ensino de base poderia evitar alguns preconceitos e estigmas de cunho racista que ainda perpetua em nossa sociedade. A partir desta hipótese é que houve a necessidade de conhecer o universo sociocultural da comunidade quilombola Vargem do Inhaí para melhor compreensão dos conflitos socioambientais e as questões educacionais a elas relacionadas. Algumas questões foram formuladas, tais como: o que as comunidades quilombolas que viveram por décadas afastadas do urbano, têm a dizer? Qual a contribuição do conhecimento tradicional para a construção da história afro-brasileira?

Em um cenário permeado de perguntas, se observa que algumas peças para a construção desse quebra cabeça, que é a história do povo brasileiro, se encontram na memória de velhos(as) sábios(as) da comunidade que ainda vivem de modo tradicional. As práticas ainda existentes nas comunidades tradicionais que, mesmo sendo sufocada pela educação da sociedade hegemônica, resistem, tais como: benzeção, “contação” de causos e mitos, danças, festas, músicas e outros.

Faz-se necessário olhar para a educação como um processo educativo em constante interação, passível às mudanças. Um processo de aprendizagem duplo, onde educador e educando constroem o conhecimento e aprendem juntos sobre a realidade. Ainda que o ponto de vista e de partida de um seja diferente entre si. Conforme lembra Paulo Freire (1987, p. 69), “Já agora

ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Neste sentido que se pode observar nas comunidades tradicionais o papel fundamental da natureza - “o mundo mediador” - no processo educativo ligado a esses grupos étnicos.

7. Metodologia

A metodologia organizada ao longo do desenvolvimento do projeto foi a da pesquisa-ação¹¹ e teve como referência Barbier (2007) como recurso de pensar o empoderamento coletivo como forma de gerar as mudanças que os envolvidos no processo julgam necessárias. Neste aspecto vale destacar a grande aproximação que existe entre as proposições defendidas por Freire (1987) e Barbier (2007). Observa-se em Barbier a convergência com Paulo Freire no tocante as idéias centrais e a finalidade de seu(s) argumento(s) metodológico(s): a emancipação humana. A experiência vivenciada na aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), foram utilizadas várias técnicas e recurso que privilegiaram o diálogo e a participação entre os membros do grupo, como nos recomendam Freire e Barbier, afim de que seja produzido um clima favorável à relação horizontal com os participantes, sejam eles homens, mulheres, jovens e crianças.

[...] Não se pretende unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de auto-reflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los. O objetivo principal do DRP é apoiar a autodeterminação da comunidade pela participação e, assim, fomentar um desenvolvimento sustentável. (VERDEJO, 2007, p. 6).

As técnicas usadas para a produção de dados foram a da observação participante, reflexões em grupo (círculos de cultura), registro das ações por meio de exposição de fotografia, caderno de campo, atividades lúdicas. Foram feitos ainda levantamentos bibliográficos, por meio eletrônico. Conforme nos orienta a pesquisa-ação, as técnicas utilizadas devem servir de apoio para se atingir efetivamente a participação dos envolvidos no processo de desenvolvimento das atividades. As formações e reflexões referentes às questões da comunidade estiveram aliadas às

¹¹ Nessa perspectiva não convém à idéia que determinado grupo detém sozinho a interpretação e o conhecimento. O conhecimento que produzimos não é nosso. É baseado em um diálogo com agricultor/a, algum autor que leu. Todo conhecimento é social, não é seu nem meu, passa pelas pessoas que proporcionaram diálogo por meio de uma pergunta, seguida da resposta (BARBIER, 2007).

intenções educativas de se pensar a cultura como construtora do conhecimento sobre sua identidade quilombola.

Segundo Barbier (2007) as abordagens da pesquisa-ação se efetivam na relação intrínseca de uma pesquisa implicada na práxis que proporciona ação/reflexão sobre as demandas da comunidade que são endereçadas aos processos educativos e participativos da pesquisa junto aos mesmos. Neste caso, tanto as demandas quanto as formulações de dúvidas e pedidos de esclarecimentos, serviram de referência por se tratar de um estudo-intervenção que integra pesquisa e extensão ao conhecimento popular, artístico e cultural da comunidade envolvida.

Para operacionalizar o desenvolvimento das atividades foi organizado um coletivo de pesquisa denominado, por Paulo Freire (1987), de 'Círculo de Cultura'. Círculo de cultura é um grupo de pessoas que se dedicará ao trabalho de produzir o conhecimento sobre o princípio dialógico em que inclui: vivências culturais e educacionais que proporcionam o movimento de produção de novos conhecimentos.

O Círculo de Cultura foi composto por 20 crianças e jovens da comunidade, com idade de 7 a 20 anos, que declararam a adesão por livre escolha de participarem das atividades do projeto. No processo de realização da pesquisa, foi formada uma equipe de facilitadores que colaboraram com a mediação do diálogo e participaram do mesmo: benzedeira, velhos, mestres de cultura, parteira, representante de grupo cultural foliões, lideranças da comunidade e educadores/as da escola de Inhaí.

Os momentos escolhidos para análise do processo de construção de identidade e dos elementos que compõem este universo foram:

1. Levantamento de dúvidas e atividades lúdicas junto aos jovens.
2. Círculo de cultura (atividade divertida/lúdicas, interpelação pela realidade e identidade em diálogo com os mais velhos).

No conjunto de perguntas que foram realizadas pelos jovens, foi feita a divisão destas entre quatro categorias (vide em apêndice 1).

Este rol de atividades nortearam as análises e proporcionaram uma melhor compreensão da realidade estudada.

8. Considerações finais

No início das atividades junto aos jovens da comunidade a intenção era contribuir para a inclusão dos mesmos aos assuntos referentes à sua comunidade, pois aparentavam estarem alheios as discussões desta. A intenção era proporcionar um momento para a exposição de perguntas relacionadas às suas inquietações e dúvidas geradas pelos conflitos vivenciados na comunidade nos últimos anos.

A “busca por respostas” evidenciou o interesse legítimo pela história da comunidade e reconstrução da própria identidade cultural.

A metodologia permitiu, através das perguntas, desenvolver e buscar respostas que, por sua vez, gerou mais questionamentos por parte dos jovens e até mesmo da pesquisadora em relação às temáticas relacionadas à identidade, território, direitos, cultura e meio ambiente.

O universo de contradição e conflito sócio ambiental vivenciado pela comunidade de Vargem do Inhaí tem suas raízes na histórica desde a colonização e se estendem até os dias atuais.

Muitas das respostas às perguntas fazem parte do direito social que deveria estar sendo ensinado na escola. A problemática no âmbito das desigualdades se expressa desde a educação dos jovens e pode ser resolvida com a implementação de uma educação intercultural e plural. O exercício do direito à cidadania, o conhecimento de seus direitos históricos, previstos na constituição, sobre o seu território e suas práticas específicas de convivência com a natureza reconhecida, se faz necessário para a permanência, tanto dos mais jovens quanto da comunidade em geral, em suas terras.

Nesta direção é que há a possibilidade da inserção dos jovens quilombola de Vargem do Inhaí no processo educativo. Como alguém que dentro de um universo de contradição e preconceitos velados ou explícitos, conhece seu lugar e pode ser despertado para aprofundar o conhecimento sobre si mesmo, a sua cultura e a sua história.

O trabalho junto aos jovens possibilitou uma melhor compreensão das condições e relações étnicas existentes. A situação vivenciada pela comunidade de Vargem do Inhaí se assemelha as outras comunidades quilombolas brasileira. Na maioria dos casos só a organização e participação de toda comunidade pode reverter à situação de conflito e amenizar os impactos negativos que recaem sobre ela.

9. Referências

- BATISTA, M. G.; ASSUMPÇÃO; et al. Algumas Contribuições Epistemológicas e Metodológicas para o Desenvolvimento Local de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Teixeira de Freitas, BA: **Anais do VI Seminário de Pesquisa e Extensão UNEB/DEDC X**, 2012.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BARBOSA, P.C. **Minas dos Quilombos**. Brasília: MEC / SECAD, 2008.
- Carta aberta da Campanha Contra o Genocídio da Juventude Negra**. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/18785>. Acessado em: 12 de agosto de 2013
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NAUPAB (Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras), 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Coleção O mundo hoje. v.21. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. São Paulo; Cortez/Autores Associados; Coleção polêmicas do nosso tempo n.4, 1989.
- MONTEIRO, F. T.; PEREIRA, D. B. A moderna produção capitalista do espaço sobreposta/imposta a territórios rurais camponeses: as unidades de conservação de proteção e Interinstitucional para o Desenvolvimento e Sistematização de Processos e Produtos educativos experimentados na disseminação do conhecimento agroecológico com as Populações Tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nos estados de Minas Gerais e na Bahia (MCT/CNPq/MDA/SAF/Dater. Processo: 558560/2009-1). Salvador/BA, 2012.
- VALENTE, A.L.E.F. Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In: **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2010.
- VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: Guia prático de DRP**. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar. 62 p. 2007.
- VOLPATO, L. R. R. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso; São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPPIR/PR, 2012.

Apêndice:

1. Tabela de perguntas realizadas pelos jovens quilombolas de vargem do Inhá

<p>“Quem somos nós”: Com as perguntas relacionadas à identidade quilombola.</p> <p>O que é comunidade quilombola? Porque o nosso território recebe o nome de quilombola? Porque somos quilombolas? O que é quilombolas?</p>
<p>“De onde viemos”: As perguntas relacionada à afrodescendência e a origem da comunidade.</p> <p>O que é afrodescendente? Nós como afrodescendentes aqui de Vargem vem desde os antepassados como os avós. Queremos saber. Como surgiram as primeiras pessoas aqui? E de qual cidade eles vieram?</p>
<p>“Os outros contra nós”: As perguntas que questionam a posição do outro em relação à comunidade, ilustrando sua percepção sobre o conflito sócio ambiental com a empresa de Eucalipto e o Parque Nacional das Sempre Vivas.</p> <p>O que é que eles querem com a nossa terra? Porque eles não pegam outro lugar? Porque nós não podemos ficar aqui? Nós como afrodescendentes de Vargem queremos saber de onde surgiu o parque e empresas querendo tomar nosso lugar? O que o Parque das Sempre Vivas está querendo fazer em nossa comunidade? Porque os povos queriam nos tirar da nossa comunidade? Para que o parque e as empresas querem nossas terras? Até quando nossa comunidade corre o risco de ser invadida? Porque o parque e a empresa estão na nossa casa?</p>
<p>“O que fazer e para onde vamos?”: Inquietações que trouxeram a preocupação sobre seu futuro e destino, e a reflexão sobre sua atuação perante ele.</p> <p>Porque tirar o povo da comunidade? O que é preciso fazer? Porque estava expulsando-nos de nossas próprias casas e pra onde iríamos? O que fazemos para não tomarem o nosso terreno?</p>

Elaborado por: Maria Mariana Batista Cangussu

2. Registro fotográfico das atividades realizadas na Comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí.



Figura 1 – Dinâmica com Jovens e crianças em Vargem do Inhaí
Foto: Carlos Henrique Souza



Figura 2 - Lapa de morada dos antigos
Foto: Carlos Henrique Souza



Figura 3 - Morador mostrando a comunidade e o campo de sempre vivas.
Foto: Carlos Henrique Souza



Figura 4 - Casinha de cultura no dia da atividade círculo de cultura.
Foto: Carlos Henrique Souza